

**REIS, João José; SANTOS, Flávio Gomes dos; CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *O Alufá Rufino. Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c.1822-c.1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 481 p., ISBN 978-85-359-1736-9.**

No segundo semestre de 2010, a Companhia das Letras apresentou para seus leitores o novo livro dos historiadores João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, conhecidos estudiosos da diáspora.

*O Alufá Rufino. Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c.1822—c.1853)* reconstitui a vida de Rufino José Maria, tendo como pano de fundo o conturbado século XIX, com suas tensões tanto no âmbito internacional quanto no nacional.

A obra é organizada em três partes. A primeira acompanha Rufino da África até a Bahia e suas andanças por diversas cidades do Império; a segunda narra sua vida de liberto envolvido com o tráfico negreiro; a terceira, sua prisão e atividade como guia espiritual de uma comunidade islâmica no Recife.

Esta resenha estrutura-se em dois momentos: no primeiro, apresenta ao leitor os tópicos centrais do texto, para, em seguida, tecer breves considerações. Convencido de que todo o livro é uma viagem, faço um convite ao leitor para não deixar de embarcar no texto original, que traz no seu bojo toda a riqueza e pormenores da ampla pesquisa realizada por Reis, Santos e Carvalho.

### **De escravo a liberto**

Rufino nasceu no poderoso reino escravocrata de Oyó, no seio de uma família muçulmana iorubá, que mantinha o costume de preservar os nomes étnicos, como o de sua mãe, Bixoumi, e Acochê, do seu pai. A população escrava de Oyó, na maioria haussás, vinha do norte, vítima de guerras e rebeliões endêmicas. Em Oyó, muçulmanos e praticantes da religião dos orixás viveram em paz até 1817, quando ocorreu a rebelião dos escravos haussás. A família de Rufino foi vítima do Alafin de Oyó. Preso pelo haussás, deportado pelo porto de Lagos para Salvador, ele chegou por volta de 1824-1825, em pleno conflito luso-brasileiro.

Comprado por João Gomes da Silva, homem pardo, boticário, fornecedor por um tempo de remédios para a Santa Casa e para o Colégio Médico Cirurgia da Bahia, para ser cozinheiro, permaneceu na cidade por oito anos. Nesse período, Salvador viu crescer a população de africanos escravizados e também a tensão social. Inúmeras rebeliões eclodiram na cidade e na Província. Sua saída de Salvador ocorreu no período imediatamente anterior à abdicação de dom Pedro I.

Em 1830 e início de 1831, Rufino chegou com seu novo senhor, o cadete Francisco Gomes, à província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que se tornara importante compradora de escravizados para trabalhar nas charqueadas, elemento

nodal de sua economia. Vendido para José Pereira Jardim, um comerciante de Porto Alegre, permaneceu dois anos sob suas ordens, até ser arrematado em haste pública, após a falência de Pereira, pelo desembargador José Maria de Salles Gama de Mendonça Pereira, chefe da Polícia do Rio Grande do Sul.

A presença dos escravos minas em Porto Alegre cresceu com o passar dos anos. Entre 1780 e 1831, ela representava 13,2% da mão-de-obra escrava; entre 1818 e 1833, perfazia 25%. “Ao longo do século XIX, os minas forjaram comunidades étnicas consideráveis na região, especialmente em Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. É o que revelam os registros de alforria (pp.52-53) e a descoberta de um “club mina” em 1838 pela polícia, que encontrou e confiscou papéis malês. Papéis que foram enviados à cidade de Rio Grande e, ali, interpretados por um haussá de nome José. Tudo indica que Rufino conviveu em Porto Alegre com compatriotas nagôs vindos da Bahia após 1835, mas não teve notícias da descoberta do “club mina”, pois, em 1838 já não se encontrava na capital rio-grandense.

Alforriado, nos últimos meses de 1835 assumiu o nome de Rufino José Maria, demonstrando lealdade para com o antigo senhor que lhe concedera o “alvará” de liberdade aos vinte de novembro. No documento, registrado no livro 10 do Primeiro Tabelionato de Porto Alegre aos dezessete de dezembro de 1835, consta que pagou pela alforria 600 mil réis.

Por ocasião da prisão em 1853, em Recife, Rufino declarou ter deixado o Rio Grande do Sul “quando começa a guerra dos Farrapos”(20/09/1835). Os autores ventilam outra possibilidade, a de que Rufino, juntamente com José, o interprete dos papéis em Rio Grande, ter sido expulso por suspeita de estar envolvido em atividades político-religiosas.

Chegando ao Rio em 1835-1836 ou 1838-1839, Rufino encontrou uma autêntica babel africana. O Rio de Janeiro tornara-se a maior cidade africana das Américas. “Em 1849, numa estimativa conservadora, os africanos somavam 66,4%, dos quase 79 mil cativos da maior cidade escravista do Ocidente” (p.72).

No Rio, predominavam os africanos centro-ocidentais, enquanto os pretos minas (do oeste africano) eram em menor número, mas bem representados no comércio, o que lhes facilitava obter a liberdade, mas não evitava serem presos. Rufino, já forro, encontrou no Rio uma atmosfera política agitada, um intenso tráfico ilegal e uma massa considerável de libertos, que preocupava a polícia e a elite. Calcula-se que, em 1849, eram cerca de 10 mil.

Nesse período, muitos libertos e escravos embarcavam como marinheiros. Rufino teve dificuldade para encontrar emprego no Rio, e o que viu na cidade o levou a empreender a perigosa aventura do comércio ilegal de africanos. Viu uma cidade mergulhada no medo de um levante dos escravizados, daí o forte controle exercido sobre os africanos, especialmente sobre os minas. Entre estes havia muitos muçulmanos que sabiam ler e escrever o árabe. O tema da escrita

árabe era outra preocupação das autoridades policiais, que buscavam, nos textos, planos revolucionários.

De fato, gradualmente uma onda antiafricana tomou conta da cidade, que prendia, controlava e impedia o desembarque de africanos que estavam de passagem ou vinham da Bahia para tentar se estabelecer no Rio. Rufino, frente a essa situação, mais as notícias dos acontecimentos ocorridos na cidade de Salvador, julgou conveniente não permanecer na cidade.

### **De liberto a traficante de escravos**

Foi como cozinheiro, peça fundamental nos navios, que Rufino se empregou no tráfico transatlântico a bordo da escuna Paula, de propriedade de Joaquim José da Rocha, traficante que atuava na rota Angola-Rio de Janeiro. Na primeira metade do século XIX, os portos da costa angolana se transformaram em grandes fornecedores de escravizados, entre eles muitas crianças.<sup>1</sup>

Rufino voltou para o Brasil no patacho São José, que realizou várias viagens Angola- Pernambuco, de Joaquim Ribeiro de Brito, brasileiro, residente em Luanda e dono de vários navios negreiros. São Paulo de Luanda, colônia portuguesa, fundada em 1575, era uma cidade cosmopolita, multicultural, mercantil e escravista.

Em 1841, Rufino estava uma vez mais a caminho da África, a bordo do Ermelinda, um navio bem maior do que a escuna Paula e o patacho São José -para equipá-la, foram gastos 10.162\$863(dez contos, 162 mil, 863 réis).

O Ermelinda possuía uma equipagem internacional e multirracial, de oito brasileiros, seis portugueses, um espanhol e dois negros minas, um deles Rufino, registrado com o nome de Bernardo, que, pelo trabalho de cozinheiro, receberia 40 mil réis. Com muita frequência eram encontrados africanos nos navios negreiros na condição de tripulantes - sua presença era de muita ajuda na costa da África.

Entre os catorze passageiros embarcados na Ermelinda, no dia 21 de junho de 1841 rumo a São Paulo de Luanda, encontravam-se comerciantes e empregados. Muitos levavam carga, como o “pequeno carregador”, Rufino, que embarcara 180 caixas de doce de goiaba, acomodadas em dois caixões, no valor de 598\$332 réis.

Um dos grandes investidores, Ângelo Carneiro, velho traficante, despachara uma carga no valor 9.756\$410 réis. Ele enviava uma berlinda e dois cavalos para Arsênio Pompílio Pompeu de Carpo e tecidos para a famosa negreira, a mulata Anna Francisca Ferreira Obertally. A maior quantidade de mercadoria era de aguardente, fazenda e fumo.

<sup>1</sup> Para aprofundar a rota Brasil- Angola- Brasil, ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII, São Paulo: Companhia das Letras, 2000; RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa*. Escravos marinhaos e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

A viagem começou mal: após 23 dias, o Ermelinda teve de ancorar em Salvador para reparos, nos quais foram gastos 844\$754 réis. No dia 27 de outubro de 1841, foi interceptada pelo capitão do Water Witch, Henry James Matson, ativo participante das campanhas antitráfico.

A apreensão da barca Ermelinda revestiu-se de importância pela documentação encontrada, como as cartas de José Francisco de Azevedo, o Azevedinho. Nelas, ele dava instruções detalhadas para a criação de uma feitoria no rio Benim. Azevedinho, uma das figuras mais proeminentes no comércio negreiro, organizou uma autêntica empresa moderna, com planos para comprar 250 cativos por mês, 2.500 ao ano. Os navios da empresa cruzavam o Atlântico com frequência.

Vários navios brasileiros foram capturados e condenados entre 1840 e 1841, sob alegação de estarem equipados para o tráfico, pela Comissão Mista anglo brasileira, sediada em Serra Leoa. A lei do Equipamento (Equipment Act), de 1839, abriu essa possibilidade. “O fato é que o combate ao tráfico proporcionou ao governo de sua majestade britânica um excelente instrumento ideológico para justificar sua postura imperial diante de governos em três continentes”. (p.193)

Na Serra Leoa, colônia britânica, predominavam os falantes de iorubá, como os akus, procedentes do Reino de Óyo, terra de Rufino. “Na colônia inglesa, além de se distinguirem por classe e origem étnica específica, os akus estavam divididos em cristãos, muçulmanos, adeptos do culto aos orixás e um bom número que circulava entre diferentes devoções”.(p.231)

Rufino José Maria, em sua estada na Serra Leoa, aproveitou para refinar sua educação religiosa e o seu conhecimento da língua árabe. Frequentou a escola corâmica em Farobê, instalada com a ajuda dos missionários mandigas e fulas. Concentrados em Fourah Bay, os muçulmanos emancipados ora eram perseguidos, ora tolerados pelos ingleses, que precisavam deles para manter o comércio dos produtos ingleses. A tensão entre muçulmanos, cristãos (Church Missionary Society-CMS) e líderes cristãos africanos era permanente. Ao chegar, em 1840, porém, Rufino encontrou na colônia um clima de tolerância, graças à política de Sir John Jeremie, um ativista abolicionista. A comunidade aku-muçulmana de FourayBay possibilitou a Rufino uma retomada de seu projeto de vida: tornar-se, de fato, Abuncare.

### **A barca Ermelinda**

O julgamento do Ermelinda, iniciado em 19 de janeiro de 1842, terminou no dia seguinte com a absolvição. “A Ermelinda tornar-se-ia uma *cause célèbre* nos anais da história do tráfico de escravos brasileiro como o único navio suspeito absolvido, até aquela altura, pela Comissão Mista em Serra Leoa”. (p.251)

Os juizes que acolheram as acusações que dizia estar a barca preparada para receber escravizados não perceberam duas evidências indiretas, as cartas de dois

traficantes pernambucanos, Gabriel Antônio e Luis Augusto, pedindo favores para seus sócios em Luanda

O julgamento foi conturbado: o capitão Coutinho negou a participação do Ermelinda no infame comércio, o cozinheiro Rufino e o moço Manoel José Barbosa acusaram o oficial inglês Richard Acherson Burstal de maus tratos e o juiz brasileiro da Comissão Mista, Hermegildo Niterói, interferiu no interrogatório por desconfiar da lisura do processo.

O resultado deixou os ingleses irritados. Na verdade, “o combate ao tráfico não era apenas uma missão humanitária a circular pelo Atlântico; rolava também um negócio rendoso por debaixo da velas” (p.255), além de justificar a manutenção da hegemonia da naval inglesa.

Havia muita gente envolvida nesse rendoso negócio de leiloar navios e mercadorias, oficiais e marinheiros da Royal Navy e negociantes akus. A tentativa de incriminar a barca Ermelinda, com a introdução de correntes, cavilhas e algemas, comprova o negócio e os envolvimento. Descoberta a fraude, o comerciante aku Joseph Reffell foi preso em 8 de fevereiro de 1842 e, em seguida, condenado.

A viagem de volta, iniciada em 5 de maio de 1842, duraria 56 dias, capitaneada pelo inglês Thomas Wilkinson, pois José Pedro da Silva Senna, nomeado para trazer a barca de volta ao Brasil, pediu afastamento por motivo de saúde e fugiu para Bissau.

Ângelo Francisco Carneiro, irmão do proprietário do Ermelinda, Antonio Carneiro Filho, tentou em vão ressarcir o prejuízo calculado em 141:186\$928 réis, devido ao apresamento da barca. Enviou para Serra Leoa a documentação exigida e também Rufino para depor, já que seu depoimento era considerado de suma importância por seu representante, Richard Lawrence, em Serra Leoa. “O contrato de Rufino com a empresa traficante incluía a cobertura de todas as suas despesas, inclusive as relacionadas com a viagem de volta”. (p. 288)

### **De pequeno traficante a religioso**

“Aquele incidente na costa de Angola [apresamento do Ermelinda], contudo, mudou o destino de Rufino, fazendo-o abandonar a vida de cozinheiro de navio negreiro, e talvez de pequeno traficante, para embarcar na carreira religiosa para a qual de preparou em Serra Leoa” (p.297).

Essa segunda permanência de Rufino em Serra Leoa foi de um ano e sete meses, tempo que aproveitou para aperfeiçoar-se no árabe. Em 1844, voltou para o Rio de Janeiro, onde ficou por pouco tempo antes de seguir para Recife. Identificado no passaporte que obteve com a apresentação da carta de liberdade como “preto forro da costa da Mina, 35 anos, rosto oval, cabelos grisalhos, olhos pretos, nariz chato, altura, boca e barba ‘regulares’”. (p.291)

Em 1845, voltou à Bahia para buscar seu filho Nicolau José, crioulo. Teve que recorrer a Pedro Vasquez como fiador de seus bons costumes para obter o passaporte de volta. Em 16 de janeiro de 1846, desembarcou em Recife; a cidade passava por transformações, a população livre crescia e a escrava diminuía consideravelmente. Rufino estava envolvido com a pequena e atuante comunidade nagô.

Em 1846, os investidores na viagem do Ermelinda ainda lutavam para serem ressarcidos. Através do testamento de Duarte José Martins da Costa, o grumete, ficamos sabendo de uma dívida de Rufino com ele. “Esse documento é o único que expressa com todas as letras que Rufino negociava escravos”. (p.296)

No interrogatório a que foi submetido, em 1853, respondeu francamente a tudo que lhe foi perguntado. Deixou claro que seu círculo de relações não se restringia a “seus fiéis”, que só trabalhava para o bem, que não abandonaria sua religião e admitiu ser alufá.

O uso da palavra escrita diferenciava Rufino dos outros líderes religiosos africanos. Seus escritos, que acabaram no Rio de Janeiro para serem lidos e interpretados, nada mais eram do que sermões e instruções relativas ao matrimônio, vazadas nas orientações do Corão.

Rufino foi preso, em 1853, sob suspeita de ser o elo de ligação entre os escravizados rebeldes do interior e os do Recife. De 1840 a 1853, a província viu inúmeros movimentos de revolta, como os mata-marinheiros, a Insurreição Praieira, a revolta liberal e antiportuguesa e o Ronco do Marimbondo. O clima de tensão era propício aos boatos e rumores sobre uma ampla revolta escrava, sempre prestes a explodir.

As autoridades recifenses, ao prenderem Rufino, tinham presente um fato ocorrido em 1846, a prisão de Agostinho José Pereira, que pregava um protestantismo revolucionário que libertaria os mulatos. Seu ABC, modelo comum de cordel, anunciava um reino mulato. Tanto que Rufino foi tratado pela imprensa pernambucana como o “Divino Mestre II”. “No entanto, logo ficaria claro para as autoridades policiais e políticas pernambucanas que a fé do suposto ‘profeta’ era inteiramente diversa do cristianismo rebelde pregado por Agostinho, e também diversa do islamismo militante dos malês em 1835”. (p.331)

A liberdade de Rufino, ocorrida no dia 17 ou 18 de setembro de 1853, incomodou a muita gente, pois queriam vê-lo deportado. Meses mais tarde, ficamos sabendo pelo próprio presidente da Província, José Bento da Cunha e Figueiredo, que ele interrogara Rufino e ouvira dele uma tradução de seus escritos.

Com relação à comunidade islâmica do Recife, além das informações obtidas via Rufino(1853), temos as dadas pelo imã Abd-al-Raman alBaghdádi(década de 1860) e pela disputa de 1877 entre muçulmanos e keferifes. “Seja como for, 1877 entra no calendário de história muçulmana no Brasil como o ano em que os malês vieram a público expor sua doutrina e declarar-se os verdadeiros muçulmanos diante de outros africanos que eles acusavam de falsos adeptos de sua religião”. (p.353)

### Observações finais

O trabalho conjunto de João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, historiadores que ao longo dos últimos anos têm brindado seus leitores com obras importantes no campo da historiografia<sup>2</sup>, resultou numa obra que realça uma perspectiva hermenêutica que vem se consolidando: a de compreender a escravidão em termos hemisféricos. No livro, ela se encontra presente transversalmente, com possibilidade de uma maior explicitação, o que pode ser feito pelos futuros leitores sem muita dificuldade. Além de apontar para a possibilidade de se fazer trabalho conjunto, com ótimos resultados, também no campo das “ciências humanas”.

Os autores reconstroem, gradualmente, a experiência de vida de Rufino José Maria, o Abuncare. A palavra experiência, em alemão “Erfahrung”, tem um peso singular no relato feito, pois com seu radical “fahren”, que significa atravessar um país, viajar, se aplica como uma luva à viagem da vida ou da visão de mundo de Rufino.

Ao acompanhar as etapas do peregrinar de Rufino de escravizado a liberto, de liberto a pequeno traficante e de traficante a religioso, os autores rompem com as cercas bibliográficas para acolher o desafio de escrever uma “história social do tráfico e da escravidão no Atlântico” (p.12). Tarefa que exigiu um vasto trabalho de pesquisa - a rica bibliografia utilizada reitera a presença de fontes africanas, europeias e brasileiras.

As tramas básicas revelam um exercício historiográfico inteligente, sofisticado e criativo, em que as partes se encaixam com uma precisão inca- não custa lembrar que, nas enormes construções deixadas pelos incas, as pedras se ajustam com uma precisão milimétrica. Encaixes iluminadores de dimensões cruciais do nosso passado, convidando o leitor a compreender mais nossa sociedade, relativizar certezas e a respeitar as diferenças.

O protagonista da trama, o cozinheiro e sacerdote islâmico Rufino, deixou, na verdade, pouquíssima documentação. O depoimento dado à polícia, em 1853, se constitui no ponto de partida da reconstrução de seu peregrinar pelo Atlântico Negro e por várias cidades do Império. A exiguidade documental exigiu dos autores um esforço criativo para iluminar os quadros particular e geral. Os autores têm consciência de que iluminaram, e bem, o quadro particular, o geral não tanto,

<sup>2</sup> Ver REIS, João José. *Domingos Pereira Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII –XIX)*. São Paulo: UNESP- Ed. Polis, 2005; *Experiências atlânticas. Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e a pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: Universidade Federal de Passo Fundo, 2003; CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*. Recife (1822-1850). Recife: Editora Universitária-UFPE, 1998.

deixando parte a cargo do leitor. Consciência reveladora de uma opção visceral, de romper o silêncio e testemunhar fragmentos de uma vida vivida no coração do mundo escravista, “no qual [Rufino] desempenhou seu pequeno mais interessante, às vezes nefasto, papel”. (p.360)

Por um lado, a perspectiva teórica da micro-história dá suporte para assumirem tal risco; por outro, em parte, não explicita questões de cunho geral. Entre estas questões que o leitor se coloca ao conhecer a força bélica e ideológica do imperialismo inglês, gestado ao longo do século XVIII (quando os navios britânicos dominavam o tráfico e transportaram mais escravizados do que qualquer outro país envolvido no infame comércio) e consolidado no século XIX, está a seguinte: como o Império escravista brasileiro pode ludibriar por tanto tempo o poderio inglês?

Os leitores desejosos de um quadro mais amplo podem ler o livro do historiador Marcus Rediker, por sinal citado pelos autores, intitulado *O navio negreiro. Uma história humana*<sup>3</sup>.

Ao acompanhar as idas e vindas de Rufino no Atlântico Negro, o leitor vislumbra o crepúsculo diurno de um mundo novo, capitalista e globalizado, marcado por uma nova concepção da propriedade e do trabalho.

*O Alufã Rufino* oferece uma investigação audaciosa e cativante da história da escravidão, conjugando elegância, clareza e leveza de estilo que tangencia a crônica, sem excluir a densidade de pensamento. Para um mergulho mais profundo nas entrelinhas do texto, vale lembrar que, nas discussões envolvendo o tema da escravidão brasileira, o substantivo escravidão não deve ser ofuscado pelo adjetivo brasileiro - ou seja, o significante deve ser sempre realçado.

Uma palavra sobre a edição: seu esmero já é marca registrada da Companhia das Letras. A editora, nos últimos anos, tem olhado com cuidado para os estudiosos da diáspora, colocando no mercado textos nacionais e estrangeiros relacionados com o tema, tanto no campo da história, quanto no da literatura<sup>4</sup>.

Ênio José da Costa Brito

Recebido: 08/07/2011

Aprovado: 31/07/2011

<sup>3</sup> REDIKER, Marcus. *O navio negreiro. Uma história humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>4</sup> A Companhia das Letras lançou quase toda a obra de Mia Couto e, em 2011, ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Hibisco roxo*. Além do polêmico texto de NAIPAUL, V.S. *A máscara da África*. Ver a entrevista realizada com o autor por NETTO, Andrei. Uma escrita fiel às impressões, in: *O Estado de São Paulo*. 22/07/11, pp.4-5, e o comentário crítico do escritor angolano ONDJAKI. Olhar próximo da antropologia, p.5.